

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: 466

Data: 13 de Novembro de 1987

Pg.: _____

Fluza denuncia: grupos econômicos apóiam Cimi

A CPI do Congresso Nacional que investiga a ação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) recebeu, ontem, denúncia do deputado Ricardo Fluza (PFL-PE) de que há duas vertentes principais de conspiração contra a Amazônia brasileira: a primeira originária de grupos econômicos estrangeiros e organizações ambientalistas internacionais, com apoio do CIMI e outra de organizações de ambiente, passando por agências de empréstimos ao Brasil — como BID e Banco Mundial. Segundo o parlamentar pernambucano na sua denúncia dirigida ao presidente da CPI, Cardoso Alves (PMDB-SP), o modelo de área indígena defendido pelo CIMI junto aos constituintes "configura um flagrante atentado à soberania nacional e legítima a acusação de defender a figura de soberania restrita do Brasil em terras indígenas".

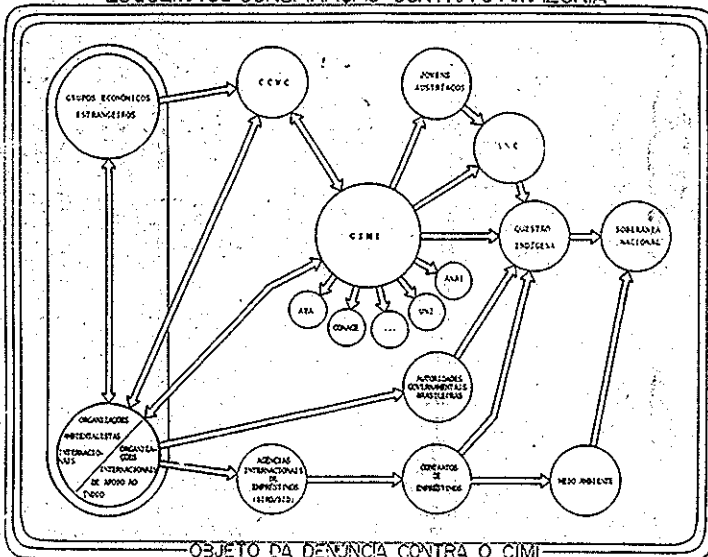
PROPOSTAS DO CIMI

O CIMI, de acordo com o deputado Fluza, propõe que a próxima Constituição tenha dispositivos nocivos aos interesses brasileiros e que atendem a interesses estrangeiros, através das seguintes propostas: 1) — criação de "nações indígenas"; 2) — a caracterização do Brasil como uma República Federativa-Plurinacional; 3) — a elevação das "nações indígenas" à condição de pessoas jurídicas de direito público interno; 4) — a definição do subsolo, além do solo, como um bem das "nações indígenas", estas na condição de pessoas jurídicas de direito público interno; 5) — a garantia às "nações indígenas" e aos seus membros quanto ao uso oficial de suas respectivas línguas, tanto nos municípios limítrofes às suas terras quanto no órgão indigenista da União, no Poder Judiciário e no Congresso.

O CIMI, segundo o deputado, defende ainda que os membros das "nações indígenas" passem a ter nacionalidades próprias, distintas entre si e da nacionalidade brasileira, sem prejuízo de sua cidadania brasileira. E defende impor condições relativas à exploração de riquezas minerais das terras das "nações indígenas", que correspondem, na prática, a vedar tal exploração. E acrescenta Ricardo Fluza:

— A Amazônia, entendida como patrimônio da humanidade, é outra figura conceitual que caracteriza a soberania restrita do Brasil sobre metade de seu território e é defendida por setores da cúpula da CNBB e CIMI. Esta figura é perfeitamente com-

ESQUEMA da CONSPIRAÇÃO CONTRA a AMAZÔNIA



OBJETO DA DENÚNCIA CONTRA O CIMI

patível com as intenções e as posturas de grupos econômicos estrangeiros e organizações ambientalistas internacionais, os quais através de uma política ostensiva de pressão sobre o Brasil procuram manter "intocável" a Amazônia, através da criação de extensas áreas indígenas como instrumento de ação.

Acrescenta Fluza que "a intocabilidade da Amazônia atende a interesses estrangeiros — ambientalistas e econômicos — e contraria os conceitos nacionais que buscam um desenvolvimento sustentado pelo manejo adequado dos recursos naturais e pela participação das populações indígenas nesse desenvolvimento. Na medida em que o CIMI se empenha na conquista dos mesmos objetivos alienígenas, contrários aos interesses nacionais, ele se veste de verdadeiro agente interno em defesa de interesses externos contrários aos do Brasil".

PRESSÕES ECONÔMICAS

O deputado Fluza, em sua denúncia à CPI, diz que a tese do CIMI sobre a "intocabilidade" da Amazônia, através da criação de extensas áreas indígenas (santuários), "atende perfeitamente ao interesse econômico do chamado Primeiro Mundo, é a defesa da manutenção do status quo entre as nações". E explica:

— A Associação dos Países Produtores de Estanho, da qual o Brasil não faz parte, emitiu diretiva, na sexta reunião de seu comitê executivo, em janeiro de 1985, no sentido de exercer pressão sobre o governo brasileiro para limitar a produção brasileira de estanho. Há documentos atribuídos ao secretário-

geral do CIMI nos quais aparecem referências à entidade dos produtores de estanho ("Tin Brothers") e faz menção a verbas, o que abre a possibilidade do CIMI receber financiamento externo para ajudar sua ação, que deveria se restringir à prática missionária mas que dela se afasta, contrapondo-se aos interesses dos índios e do Brasil.

Lembra o parlamentar que "a sugestão popular dos jovens austríacos à Assembléia Nacional Constituinte configura uma forma velada de pressão externa em assuntos internos brasileiros. Essa sugestão popular foi solicitada aos austríacos pelo CIMI, conforme documentos do conhecimento do público. E autoridades do primeiro escalão do Governo brasileiro recebem comunicações de pessoas, entidades e de religiosos de diversas partes do mundo apresentando reclamações e mesmo exigindo condutas e procedimentos com respeito à questão indígena".

Fluza cita, como exemplo, as condicionais nos contratos de empréstimos que o Brasil firma com o Banco Mundial e com o BID sobre as questões ambientais e indígenas "que mostram com maior eloquência exemplos de pressões externas".

Por tudo isso, o deputado pernambucano disse estar convencido de que as duas vertentes atuam conjuntamente sobre o Brasil para forçar a perda da soberania brasileira sobre parte imensa da Amazônia, a pretexto de resguardar a vida, os direitos e o futuro das "nações indígenas". E anexou a denúncia um esquema gráfico que mostra a atuação dessas duas forças.